

## Letras, Sociedade & Política: Imagens do Rio de Janeiro

Maria Alice Rezende de Carvalho

### I – Introdução

São antigas e muito frequentes as referências à natureza “boêmia” e “preguiçosa” dos cariocas, a atribuir-lhes uma inequívoca pertinência ao universo da malandragem. Tão frequentes que se torna difícil explicar a ausência, entre nós, de uma tradição de pesquisa sobre a cristalização de determinadas concepções e narrativas referidas às cidades brasileiras e seus habitantes. Afinal, são estas narrativas que expressam – no campo cultural e no plano das idéias – a acomodação contemporânea entre diferentes visões de mundo, relativas a momentos distintos de dominação material e enfeixadas numa composição bizarra que deixa transparecer o *velho* e o *novoo* na forma presente de consciência.

Por isso, as imagens difundidas das cidades são potencialmente reveladoras do debate travado no momento do enraizamento capitalista em nossa sociedade, quando serviram à complexificação do sedimento cultural de um novo Brasil, moderno e integrado no mercado mundial. E, encaradas assim, poderão contribuir para a reavaliação do pensamento político brasileiro – e das suas conseqüências programáticas – no que tange às concepções conflitantes sobre a relação Estado e sociedade, acirradas no contexto atual.

Acredito que as imagens do Rio de Janeiro sejam, para este propósito, exemplares. Sede do governo Imperial e capital da República por

tanto tempo, esta cidade se faz representar, reiteradamente, pela extrema fragmentação da sua vida social: boêmios, vagabundos, malandros e biscateiros, seres referidos a seus bairros de origem, quando não às suas rodas de esquina, são eles a “consciência das ruas” a negar a dinâmica homogeneizadora do mercado e as investidas uniformizadoras da modernidade capitalista (Carvalho, M.A., 1984b).

No Rio de Janeiro a produção intelectual reproduz, acriticamente, esta forma de consciência, conferindo universalidade ao senso comum. São cronistas, poetas, políticos, intelectuais, enfim, da cidade, os que se aprestam a forçar a compatibilização da ordem capitalista às formulações tradicionais – heterogêneas e desagregadas –, concebidas em momentos já ultrapassados historicamente.

É certo que, comparativamente, a Europa moderna também se ressentiu da metamorfose das suas vilas em grandes cidades, acomodando, durante algum tempo, visões de pânico e de ir-restrito otimismo. Foi o tempo em que procurou incorporar o ineditismo daquele fenômeno à sensibilidade dos espíritos da época, mediante a simbolização dos traços mais visíveis da nova “civilização urbana”. São testemunhos repletos de deslumbramento e pavor que ecoam dos textos de literatos, médicos, filantropos e estadistas do século XIX europeu: deslumbramento pelo que representava a superação das barreiras hierárquicas impostas, até então, pela



aristocracia e o triunfo da indústria, com a mecanização sugerindo a vitória do homem sobre as limitações naturais. Pavor pelo que este processo continha de radicalmente novo, pela visão do intempestivo crescimento demográfico e econômico daquelas sociedades, numa consagração do desmoronamento da ordem aristocrática, face ao surgimento das primeiras cidades massivas da história.<sup>1</sup>

Obras, portanto, destinadas a enaltecer a trilha de progresso aberta pela nova era, contendo, no limite do suportável, o temor ao inédito ou, mais claramente, à desordem e à miséria em escala assombrosa. A resposta dos intelectuais da hora apresentou-se como fuga daquele mundo instável: para a frente, em sintonia com o anseio generalizado por liberdade; para trás, apegando-se aos valores convencionais do ruralismo retrógrado. Mas o interessante é que, lá, sob o apelo do moderno e a pressão ameaçadora dos miseráveis, constituiu-se um *continuum* a abarcar a trajetória de todo europeu “civilizado” – fosse aristocrata ou não –, favorecendo a construção precoce de um novo “bloco ético”, burguês, de vocação universalista. Pode-se mesmo dizer que a reflexão europeia sobre a cidade, durante as primeiras décadas do século XIX, demonstra a tentativa de erigi-la em *ponto de chegada* de um longo percurso de dissociação entre o homem e a natureza,<sup>2</sup> exibindo no traçado de suas avenidas, nas famosas passagens parisienses, na Ringsstrasse vienense e na sólida e autoconfiante arquitetura das mansões burguesas, o poder progressivamente aglutinador de uma nova ordem que, não obstante, desenhava-se, ainda, sobre a dupla permanência passadista de uma mesma cultura aristocrática: as paisagens campestres dos subúrbios e bairros periféricos – onde homem e natureza reencontravam a sua relação original – e, no outro extremo, a resistência de milhares de seres ao tempo de trabalho imposto com exterioridade a seus propósitos, a resistência à atividade produtiva autonomizada em relação às suas necessidades.<sup>3</sup>

O que a cidade ocidental continha de moderno lutou, portanto, contra as resistências aristocráticas e corporativas de seu passado, muitas vezes traçando cordões de isolamento, como no caso da reformulação espacial do centro da velha Viena,<sup>4</sup> outras iluminando feericamente os novos *boulevards*, as galerias, grandes espaços destinados a abrigar centenas de pessoas, numa alusão incontestável à superação do pequeno, do escuro, da vida nos limites estreitos dos becos e ruelas de feição medieval.<sup>5</sup>

Assim, as imagens das cidades européias do século XIX, de inspiração iluminista, acomoda-

ram precariamente o passado e o futuro, afirmando, por um lado, a positiva inscrição da liberdade no sítio urbano e saudando o tempo da indústria como o da realização da utopia civilizadora; e, por outro, garantindo uma estratégica retaguarda – expressa nas nostálgicas referências a uma ordem mais “natural” –, acionada sempre que o tema da liberdade era qualificado pela igualdade requerida por multidões insolentes. Essa acomodação, no entanto, durou o tempo da formalização institucional das desigualdades e da afirmação hegemônica do trabalho como caminho individual à salvação: Após o que, a cidade ocidental deu livre curso às representações que a identificavam ao mercado, apagando, ora mais, ora menos eficientemente, os fragmentos de um debate muito antigo sobre a natureza da modernização e sobre os efeitos do progresso nas formações nacionais.

Contemporaneamente, intelectuais brasileiros, convencidos de que a percepção do “outro” ajuda na compreensão dos fenômenos em que somos, nós próprios, os atores, têm procurado reconstruir a produção dos símbolos e imagens que ganharam o sentimento dos europeus modernos na caracterização de suas cidades. E o fazem associando aquelas imagens às concepções vitoriosas, em cada sociedade, quanto à forma de articulação entre o indivíduo e o todo social (Bresciani, 1982, 1985; Sevcenko, 1985).

Uma Paris representada como “caos” e “inferno”, uma Manchester vivida como “usina”; a construção do tema da barbárie e da premente revolução a assolar as ruas parisienses em contraste com a referência intelectual inglesa ao fluxo de trabalhadores pobres e anônimos que percorriam, apaticamente, as ruas de Leeds: são imagens antagônicas ou, antes, “soluções” culturais que reenviam a duas concepções distintas do todo social. No primeiro caso ele é tomado como sinônimo de multidão, cuja ligadura interna remontaria à vivência integradora dos valores revolucionários de 1789; e, no segundo, como somatório de indivíduos racionais, auto-orientados segundo interesses e demandas particularistas. A “religião cívica” francesa identificou a vontade de cada um com a vontade geral de um povo; o ascetismo protestante inglês reafirmou a responsabilidade individual pelo enriquecimento moral e material de cada um, estendendo à sociedade as características típicas de uma S.A., cujos acionistas seriam os proprietários.<sup>6</sup>

A já longa referência à análise comparada entre as experiências francesa e inglesa de representação do fenômeno urbano durante o século



XIX, justifica-se, aqui, apenas como ilustração de uma tendência — recente no Brasil — de tomar as imagens de cidades como formas diferenciadas de enfrentamento do tema do contrato constitutivo da sociedade e, nesse sentido, como matéria da cultura, em sua relação necessária com o pensamento político moderno. Assim, as representações da barbárie parisiense e da *middle-class* inglesa remetem, paradigmaticamente, a duas vertentes das teorias jusnaturalistas: aquela em que o Estado, ou a esfera pública, se apresenta como a negação radical da sociedade natural e, portanto, fundador de uma outra ordem de coisas, e aquela em que o Estado é tomado como regulador ou mero aperfeiçoador da fase que o precede, legitimando, tão somente, suas exigências e finalidades.

No entanto, o que dizer das cidades brasileiras? Por que não elas a reclamar também o seu ingresso na investigação mais ampla da cultura e da política?

Mais perto de nós este tipo de reflexão já havia encontrado suporte, sem que fosse do conhecimento de grande parte dos intelectuais brasileiros, nas preocupações de Angel Rama quanto às relações — visíveis ou não — entre a modernização industrial, política e social da América Latina e os diversos produtos culturais daí originados. Com reputação firmada entre ensaístas e críticos literários do mundo inteiro, perseguindo os temas da fundação da “soberania poética” latino-americana e da descolonização da nossa sensibilidade, aquele intelectual uruguaio consolidou, entre os americanos do sul, a problemática da cidade como signo, definindo-a, no contexto continental, como concretização singular do sonho colonizador de uma ordem e de um poder (Rama, s/d; 1985).

De maneira bastante sucinta, pode-se apresentar o núcleo de sua reflexão sobre a cidade latino-americana a partir de três supostos: o de que ela tem sua origem na edificação da era capitalista européia, estando indissociavelmente ligada às especificidades que esse processo apresentou na Península Ibérica; o de que sua concepção se inscreve como representação simbólica, expressa nas palavras e não nas coisas reais, isto é, como “parto da inteligência” e não como acomodação à constituição física e cultural da nova terra; e, finalmente, o de que sua modernização, efetuada, grosso modo, entre a década de 1870 e a de 1920, não alterou o marco geral da sua origem — a prevalência da ordem dos signos sobre a ordem material —, reinterpretando e atualizando, sob a clave já iluminista dos noventa, a mesma instrumentalização da cultura

barroca efetuada pelos monarcas absolutistas, a saber, o princípio da razão sobre o da imaginação e criatividade locais ou, mais precisamente, a primazia do todo sobre a parte, do Estado sobre o indivíduo.

Ora, a consequência teórica e política desse enquadramento é óbvia: conduz à conclusão de que as cidades latino-americanas não enfrentaram o impulso modernizador, de fins do século XIX, de braços dados com o tema, tênue que fosse a sua expressão, da democracia. E a tradição de uma *razão de Estado*, superposta aos anseios privatistas e “utilitários” do homem comum americano, cortou pela raiz a dimensão potencialmente libertária inscrita no fenômeno da urbanização e na experiência republicana (Rama, 1985). Aqui, o Estado seguiu fornecendo a realidade orgânica a que se somariam, voluntariamente, os indivíduos, os quais, aliás, se reconhecem como parte submissa e passiva desse “indivíduo coletivo”, dessa razão que paira acima dos apetites tropicais (Morse, 1982).

É bem de ver que a obra de Rama não extrai seus méritos do absoluto ineditismo. Atente-se, por exemplo, para a enorme proximidade de seus argumentos aos de Sérgio Buarque de Holanda — no célebre ensaio “O Semeador e o Ladrilhador” —, quanto ao esforço determinado dos espanhóis em vencer o capricho agreste, um pouco menos, talvez, no que tange à caracterização da colonização portuguesa, tratada mais longamente pelo autor brasileiro e sintetizada na recomendação, a um tempo poética e indolente, do padre Antonio Vieira. “... não fez Deus o céu em xadrez de estrelas” (Holanda, 1979). Além disso, é eloquente, por si, a constância com que Rama recorre a trabalhos de “americanistas” sobre as cidades latino-americanas, a sugerir um acompanhamento rigoroso da produção realizada até aqui e o tributo àqueles precursores. Foram eles, a propósito, os que, desde meados da década de 1960 já haviam firmado o tema da singularidade da cidade colonial americana (Hardoy, 1968); os que compararam, sistematicamente, o desenvolvimento paulatino do comércio e da indústria ocorrido, durante o século XIX, no norte e no sul do continente americano, a fim de avaliar as bases materiais do processo de modernização que varreu as Américas naquele período (Morse, 1975); e são eles que, progressivamente, vêm vasculhando o território mais complexo da cultura, com ênfase na investigação literária e, em alguns casos, na trajetória de intelectuais que, em diferentes momentos, serviram à cidade como intérpretes de sua aparência, como construtores de uma totali-



dade cultural e sentimental em que se reconhecem, massivamente, homens e mulheres de diferentes biografias, e, nesse sentido, como promotores de específicos "jeitos de ser".

Talvez essa formulação se deva um pouco mais a Gramsci do que o próprio Morse – a quem atribuo, dentre os "americanistas" a intenção explícita de perseguir as práticas culturais que configuram o *espectífico* de uma cidade – teria permitido ler em seu "Peripheral Cities as Cultural Arenas" (Morse, 1983). De qualquer forma, o que resulta de seus trabalhos é a aprovação da idéia geral de que a literatura nacional pode dizer muito sobre uma cidade, pois nos textos literários entrevê-se um dos campos construídos pelas representações que os próprios atores de uma época oferecem sobre seus costumes e suas perplexidades. Vale a ressalva, porém, de que, com exceção da sua obra recente de maior fôlego (Morse, 1982), o cuidado que dispensa ao imaginário urbano não o conduz, necessariamente, a indagações sobre o percurso de afirmação daquelas imagens e, portanto, sobre o debate eminentemente político em que classes e estratos jogam sua capacidade organizadora, revelando diferentes concepções de cidadania, diferentes propostas de articulação entre Estado e sociedade. Na verdade, o tratamento dispensado por Morse às fontes literárias e demais manifestações da cultura urbana, com o mérito do pioneirismo entre nós, aproxima-se bem mais da tradição sociológica e da nova história social inspirada na Antropologia (Carvalho, 1985c).

Diferente é, portanto, a inscrição de Rama, pois, se não é o ineditismo que o consagra, há no autor um aspecto que lhe confere relevo dentre todos os que hoje tomam as cidades latino-americanas como "concepção" e se detêm na análise das manifestações culturais que lhes são próprias. Este aspecto é o seu acurado e persistente propósito em extrair dos modelos mentais, ou simbólicos, com os quais se depara, a história de um poder e o seu esforço em institucionalizar-se como política. Por isso, todo o conjunto da sua reflexão permite vislumbrar a relação indissociável entre as representações do fenômeno urbano na América Latina e os modelos de inscrição do indivíduo na vida estatal. Nas palavras do autor: "[os mitos] são condensações de energias desejantes (...) as quais, na sociedade norte-americana se abastecem com amplitude nas forças individuais, enquanto nas latino-americanas descansam numa percepção aguda do poder, concentrado em altas esferas, e simultaneamente sobre uma sub-república des-

confiança acerca das capacidades individuais para opor-se a ele. Dito de outra forma, a sociedade urbana latino-americana opera dentro de um modelo mais coletivizado, seus mitos opostos do poder passam através da configuração de grupos, de espontâneas coincidências protestatórias, de manifestações e reclamações multitudinárias" (Rama, 1985:82).

Assim, sua ênfase na simbologia da cidade vai de par com a tentativa de esclarecimento sobre a visão de Estado que predomina entre os seus habitantes e sobre a história de constituição daquela visão, ampliando a concepção de política para além das práticas formais em que se condensa hoje, buscando-a nas inúmeras arenas em que se defrontaram no passado o indivíduo e o poder.

No Brasil não há uma tradição firmada no tratamento das nossas cidades como signos. E o senso comum sobre a cultura urbana mescla-se, sem o crivo da crítica, à produção intelectual e, principalmente, ao discurso político. Ainda não se configurou, entre nós, o trabalho de subordinação da tradição cultural de cidades como o Rio de Janeiro à construção de um paradigma explicativo que reenvie ao tema mais geral da relação entre o Estado e a sociedade – exceção, aqui, dos trabalhos que começam a apontar a relação entre as diferentes concepções de cidadania presentes na República Velha e as alterações na ambiência cultural do Rio de Janeiro após a proclamação da República (Carvalho, 1985a; 1985b). Tais trabalhos, no entanto, além de ainda não se configurarem numa escola de matriz assimilável pelos intelectuais empenhados em desvendar a singularidade carioca, não tiveram aprofundados seus resultados e conclusões, no sentido desejável da formulação de uma "teoria" geral sobre o Rio de Janeiro, remissiva ao tema da relação Estado/sociedade.

Na ausência disto, determinadas imagens das cidades "naturalizam-se", folclorizam-se, tornando difícil o avanço intelectual – mas também político – rumo a um outro espaço mental, mais receptivo a uma nova relação entre os cidadãos e o conjunto de instituições em que se desdobra o Estado moderno. A permanecer assim estaremos condenados a viver no presente o substrato cultural forjado no passado, quando a crítica a quaisquer das vertentes da teoria jusnaturalista inclinou o pensamento das elites a um padrão de modernidade conduzido pelo Estado. Seguiremos, portanto, reproduzir: "o esta estranha superposição de tempos em que o mercado real, empírico, ganhou foros organizativos e homogeneizadores de toda a sociedade, mas as imagens de uma cidade da importância do Rio



de Janeiro incidem, ainda, sobre a caracterização da impotência do mercado diante de heterogeneidade social, a justificar, ao fim e ao cabo, a reedição do patrimonialismo nas suas versões mais atuais do clientelismo e do populismo.

Portanto, é, na verdade, sobre uma determinada forma de articulação entre o Estado e a sociedade — e sobre as formulações críticas que lhe são aditadas — que se fala, quando são tratados o tema da singularidade carioca e o da vocação universalista da cidade do Rio de Janeiro. Forma de articulação, como se sabe, que privilegiou o âmbito estatal, a esfera pública, em detrimento da consolidação de grupos socialmente autônomos competindo por prestígio e influência nas decisões nacionais.<sup>7</sup>

O contraponto com São Paulo é interessante. Ao construir São Paulo como o *locus*, por excelência, da afirmação dos interesses e da hegemonia do mercado, a produção intelectual recente procurou sublinhar as possibilidades de superação das sobrevivências patrimoniais, concedendo à sociedade a primazia na condução da vida estatal, mediante a implementação de um sistema representativo moderno. E o resultado dessa intenção foi o impressionante *boom* de trabalhos que, durante a década de 1970, se orientaram para o esquadramento da estrutura produtiva e das contradições sociais inerentes a ela, a sugerir que a modernização brasileira exigia um *aggionamento* institucional que cristalizasse a contemporaneidade da ordem ao universo da produção. Assim, o desenvolvimento industrial de São Paulo, o processo de trabalho no interior da unidade fabril, as greves, o movimento operário e sindical foram alguns dos tópicos alçados à cidadania pela atividade intelectual, interessada em afirmar a vitalidade e a organicidade sociais, num contexto em que a “distensão” impunha o tema da nova forma do político.<sup>8</sup>

Desta forma, São Paulo encabeçava, no plano da produção acadêmica, o diagnóstico da superação do velho dilema proposto pelas elites brasileiras, desde o século XIX — o de “liberalizar a sociedade pelo Estado” —, reclamando uma nova ordem em que a vida estatal correspondesse à expressão pública e institucional dos interesses.

Associando a questão da modernização da sociedade brasileira ao tema da industrialização e da lógica imperativa do mercado, os intelectuais operaram uma “idéia de cidade” acorde com o modelo ocidental moderno, no qual essa lógica, penetrando em todas as dimensões da

vida, foi capaz de produzir uma evidente homogeneização cultural — da qual não escapou a classe operária — e uma progressiva transparência do mundo. Portanto, a discussão real implicada nessa idéia de cidade apontava, prioritariamente, para a crença na maturidade capitalista da formação econômico-social brasileira, importando numa necessária extensão às classes subalternas do direito de expressar a sua presença na sociedade, de forma autônoma e independente, através de suas organizações de defesa econômica e de representação política.

Contrastando com essa abordagem, as pesquisas sobre o Rio de Janeiro, que se intensificaram também desde aquele período, procuraram ressaltar a prevalência, entre os cariocas, de valores e práticas que não têm na lógica do mercado o seu princípio organizador. E, nesse caso, os objetos de análise recortavam-se a partir de um suposto potencial “selvagem e irracional” presente entre as classes subalternas, tomadas, a partir daí, como ameaça ao sistema da ordem, a justificar a reprodução do papel disciplinador e racionalizador do Estado.

Isto explica, em larga medida, a ausência, em número significativo, de trabalhos referentes, naquele contexto, à classe operária e suas organizações, no Rio de Janeiro,<sup>9</sup> bem como a insistência no tema do espontaneísmo incontrôável das massas populares urbanas, a desqualificar politicamente as suas demandas e sua emergência como interlocutoras legítimas do Estado. Sob a alegação de que esse conteúdo insurrecional pressentido na ação dos “de baixo” era fruto dos condicionantes estruturais do capitalismo brasileiro e, como tal, indicador do “atraso” das massas para a vivência da democracia representativa, os intelectuais atiraram à esquerda e acabaram plainando o campo onde se plantou a justificativa para ação messiânica e demagoga dos políticos locais, além de influírem na qualificação indevida destes movimentos como realidade “pré-política”, apartada da luta geral por cidadania em que se jogaram as instituições civis e os setores democráticos da sociedade brasileira.

São desta época as monografias referentes aos “quebra-quebras” dos transportes urbanos e à violência da multidão, analisados sob um ângulo estritamente sociológico,<sup>10</sup> herdeiro e atualizador da expressão “classes perigosas” — de diferente extração conceitual — como categoria explicativa da intervenção crítica de atores empíricos às condições de existência material e de exclusão política inerentes ao modelo de afirmação do capitalismo brasileiro. Apro-

fundando o fosso entre o "político" e o "social", enunciando como *realidade estrutural* a contingência política da dificuldade dos partidos modernos em soldarem a sua existência "por baixo", desconsiderando a eficácia do investimento efetuado pelo regime militar na construção de uma razão tecnocrática que substituiu a política e reservou aos indivíduos apenas o espaço societal, este tipo de produção atesta o ingresso, na academia, das velhas tradições de uma cidade projetada para flutuar "acima das multidões agitadas", na conhecida expressão de Campos Salles.

Por isso, uma resenha da produção acadêmica sobre o Rio de Janeiro não pode prescindir do acompanhamento crítico das imagens da cidade produzidas desde o surto de modernização do começo do século, quando a visão de uma civilização urbana constituiu-se no principal desafio à produção intelectual e à ação política das elites brasileiras, gerando os temas da nossa pobreza e da nossa incurável preguiça que retornam, incessantemente, na afirmação das concepções estatistas da ordem e da felicidade.

## II – Dos Cronistas Cariocas à Produção Acadêmica sobre o Rio de Janeiro

É extensa a lista de cronistas que procuraram caracterizar a cidade, desde o final do século XIX, destacando ora o pitoresco da natureza, ora um aspecto da vida social, ora o ambiente cultural em que se moviam os habitantes do principal centro urbano do país. Em todos eles transparece a referência ao novo, embora nem todos o associem à civilização tão esperada. Seria impossível tentar expor, nos limites desta resenha, a maior parte das obras e autores envolvidos na tarefa de traduzir aquele mundo, àquela hora. Além do mais, supérfluo. Pois este trabalho já foi magnificamente realizado por Nicolau Sevcenko, na apreciação crítica da atmosfera intelectual da *belle-époque* carioca (Sevcenko, 1983). A intenção ao evocá-los é, portanto, tão somente a de traçar algumas idéias básicas sobre a produção daquilo que se afirma ser a expressão da singularidade do Rio de Janeiro.

Não é preciso lembrar o processo contínuo de transformações que precipitou, a partir de 1870, a industrialização e a modernização da sociedade brasileira. Mas apenas sublinhar que, diversamente de São Paulo – com seus intelectuais na virada do século voltados para a defesa e a valorização do café –, o Rio de Janeiro não atravessou esse momento tendo como referên-

cia predominante a realidade do mundo da produção, o universo configurado dos interesses. Sua modernização, ou melhor, a idéia prevalente de modernização produzida entre os cariocas, estava ligada a uma estratégia de articulação de grupos políticos, de constituição de um novo bloco no poder que, exigida pelo regime republicano, deveria encontrar na Capital Federal o cenário para a sua viabilização (Carvalho, 1984b).

Desta forma, é possível afirmar-se que a remodelação da capital da República, implementada por Pereira Passos em 1904, foi a expressão material do desfecho de um longo processo de seleção política das elites, em curso desde a campanha abolicionista, e a evidência de uma determinada correlação de forças em que se tornava possível golpear, num só movimento, o domínio das velhas elites escravocratas do Vale do Paraíba – identificadas, já agora, com o passado – e as tendências mais radicais do republicanismo.

Mas os efeitos deste golpe não se fizeram sentir de imediato sobre o primeiro grupo. Principalmente porque o temor de que o tom inflamado com que alguns intelectuais agitavam a idéia de uma "revolução republicana" se alastrasse entre os "de baixo", acabou empurrando a nova elite para os braços dos cavalheiros do antigo regime, num pacto explícito contra o que se considerava então uma cidade submersa, uma região pouco conhecida onde se escondiam os seres sem regra (João do Rio, 1951). Portanto, a idéia de modernização no Rio de Janeiro alimentou, tempos a fora, o compromisso com o "velho", acomodando as resistências à nova era através de uma política emissionista que propiciava, materialmente uma sobrevida ao remanescente "baronato" do Império. Aqui, a idéia de modernização não se fez acompanhar de um profundo processo de reformulação do tecido social, capaz de redefinir radicalmente a feição da cidade. Ao contrário, a cidade reformulava-se – expressando-me nos termos da contribuição de Rama –, na letra de seus intelectuais e na prancheta dos engenheiros, sem que o mercado tivesse determinado o lugar preciso dos interesses.

A narrativa ficcional de Machado de Assis exprime essa superposição entre a institucionalidade do *novo* e um quadro de continuidades bastante generalizado. Dentre as suas crônicas, por exemplo, coletadas sob o título de *Balas de Estalo*, encontra-se a conhecida referência às novas regras para uso dos que freqüentam bondes, sátira à tendência regulamentadora dos



mais triviais gestos do carioca. E mais explicitamente em *Esau e Jacó*, Machado caracterizou a duplicidade republicana presente na acomodação entre o velho e o novo, sintetizando-a na perplexidade dos irmãos diante do 15 de Novembro, intimamente acordes quanto ao fato de que "... na segunda-feira tudo voltaria ao normal, menos a Constituição..." (Machado de Assis, 1979).

Na obra machadiana, as evidências de um sentimento do mundo instaurado com o *fin-de-siècle* são tantas que inspiraram a promoção de um recente debate entre historiadores e especialistas em literatura brasileira, sobre a produção daquele tipo de enquadramento ficcional da cidade do Rio de Janeiro ao novo espaço simbólico aberto naquele contexto (Cavalcante, 1985a). Menos que a forma particular como Machado de Assis pressentiu o ingresso da vida urbana na nova era, importa considerar que o marco de 15 de Novembro havia firmado reputação como um momento de inflexão na trajetória dos costumes cariocas. E a denúncia das continuidades que se abrigavam sob a aparência da "adorável revolução" não empanaram a crença predominante no ineditismo da vida orientada pelo e para o progresso (Luiz Edmundo, 1938).

Diferente de Machado de Assis — cético e pessimista — muitos cronistas saudaram o tempo do progresso, elevando-o à condição de tema oficial de sua atividade jornalística ou literária. Estavam convencidos de que tudo inspirava a mudança da feição urbana, tudo exigia a constituição de uma metrópole moderna construída sobre os escombros da "cidade pocilga" (Luiz Edmundo, 1938; Ferreira da Rosa, 1905). E os cinqüenta anos compreendidos entre 1870 e 1920 representam um tempo de transformações para o Rio de Janeiro, as quais visavam fazer da antiga Corte o exemplo mais acabado da civilização nacional. A própria cidade tornava-se, assim, *documento* de uma época (Neves, 1984), como eram documentos a moda e os figurinos que desfilavam, em corpos anônimos, a riqueza fácil e, mais propriamente, os símbolos legítimos de uma nova sociabilidade, como se extrai das páginas do *Psychologia Carioca* (João do Rio, 1911). Era, afinal, com o exercício da repetição, com a macaqueação, com a investigação — discreta ou não — dos gestos alheios, com a percepção vigilante, do outro que se formavam os *dandys* e as *cocottes*, estes seres novos do bovarismo, trazidos à capital federal juntamente com a vaga de negócios efêmeros e a rápida circulação do dinheiro.

Também no Rio de Janeiro, a exemplo do movimento de idéias que acompanhou a afirmação da civilização urbana no ocidente europeu, os intelectuais da hora empenharam-se em traduzir — não sem tensões internas e grandes antagonismos entre si — aquele mundo revirado; alguns acreditando que o futuro de luz já começara; muitos deles desconfiados de que a mediocridade instalada com a República dos Conselheiros poria fim a uma tradição, sem lograr constituir um novo desaguadouro cultural e político para onde dirigir os sonhos represados e a potencialidade renovadora da sociedade (Graça Aranha, s/d); nenhum, como Lima Barreto, a definir tão claramente que o futuro proclamado não passava de uma fachada bem concebida, encobrindo a dissolução dos laços de solidariedade humana e a própria desumanização da cidade (Sevcenko, 1983).

Em Lima Barreto, o positivismo como fundo doutrinário à crença numa elevação moral de toda a humanidade favoreceu a construção de uma vigorosa crítica ao tipo de desenvolvimento econômico que se desenhava então, conjunto maior no qual se inscrevia a modernização da cidade. Sua obra está centrada na denúncia do que considerava a decadência moral e intelectual dos modernos, transparente na competição desenfreada, no utilitarismo reinante, no conflito bestial entre homens sem a marca da solidariedade (Prado, 1976). Para ele, toda a vida tradicional, com a sua ética cavalheiresca e com a prevalência do amor romântico, ruíra sob a condenável exacerbação dos vários apetites (Lima Barreto, 1956).

De par com Lima Barreto quanto à percepção da dissolução das tradições, também se manifestou João do Rio, embora tomado por um outro sentimento. Na verdade o repórter dos "espectros de rua", identificava-se com tudo que sugerisse a decadência trazida pela modernidade, valorizando aquilo que precariamente definiu como "popular", e que se exprimia nos atores concretos do drama urbano: mendigos, prostitutas, pivetes e vagabundos, todos apresentados, como anotou um crítico, sob as regras do estilo *art-nouveau* (João do Rio, 1911). Sua diferença em relação a Lima Barreto é que, neste, a descrição de feiras e mafuás não fazia concessões ao "culto do dicionário", ao coelhonetismo, buscando uma escrita que servisse ao popular. Em João do Rio, "duplo do dandi que circulava pelo Rio com ar de Oscar Wilde sem cacife de grã-fino",<sup>11</sup> retratar o universo desagregado era uma arte e uma moda, cujos benefícios estéticos se nutriam do popular.



Assim, compromisso ético, em Lima Barreto, com o futuro regenerador do presente, e desilusão estética, em João do Rio, com a impotência revelada pelos representantes oficiais daquela era em liderar a construção de uma nova "psicologia" ou de uma nova religião, representam os dois momentos mais radicais e polares de um tipo de tensão que parece ter sido a tônica de toda a produção do período (Sevcenko, 1983; Hardman, 1983). Em outras palavras, o que se apresentou aqui de maneira simétrica, isolando, tentativamente, o traço mais essencial a cada um dos autores, parece ter participado de uma intrincada dialética, capaz de misturar o iluminismo, o romantismo social, o positivismo e tantas outras vertentes do pensamento europeu, em combinações as mais inesperadas (Carvalho, 1985a). No entanto, o efeito geral parece ter sido no caso deste dois autores – e dos que lhes seguiam a impressão sobre o tempo – a reunião cúmplice *na fuga* do prosaísmo do mundo e na negação do universo estreito e limitado da sociedade burguesa. A ela preferiam "o feudalismo! a nobreza!", na conhecida lamentação de Lima Barreto (Cândido, 1971; Prado, 1976).

Os exemplos de romancistas, cronistas, para não mencionar os memorialistas, acrescidos de seus melhores leitores e críticos, poderiam ser estendidos à exaustão, não fosse, afinal, a República Velha conhecida como a República das Letras (Machado Neto, 1973; Hardman, 1983) e não correspondesse a literatura, naquele período, a um dos instrumentos principais, senão o principal, de articulação das retóricas da civilização e da nacionalidade que passavam a ocupar os salões, as confeitarias, as livrarias, cafés e redações de jornais, num esboço do que seriam as preocupações do movimento de 22 (Prado, 1983).

Há toda uma vasta pauta de pesquisas de natureza histórica, sociológica e antropológica a cumprir, até que se possa preencher o vazio de informações sobre estes locais de encontro e debate no começo do século, e até que se possa dimensionar a sua importância como centros de *amplificação e generalização de sentimentos* do mundo, como arenas políticas de seleção de grupos e estratos para o exercício da direção do conjunto da sociedade. Por enquanto, embora desfalcada destes dados e, aliás, pouco afeita a este tipo de reflexão, a literatura segue sendo o campo que melhor tem informado – em alcance e massa crítica acumulada – as questões sobre o imaginário carioca, desde que a moderni-

zação da vida material e das instituições políticas, em fins do século XIX, impôs à consideração dos espíritos da época a presença dos deserdados da nova era, duplos, eles próprios, dos intelectuais-sem-lugar do pré-modernismo (Cândido, 1980; Bosi, 1966; Prado, 1976; Schwarz, 1977; Paes, 1985). Pois, como afirma Hardman, a presença social das classes baixas levava para o texto algumas fraturas e tensões de que só se terá a completa dimensão no movimento de 22, "quando entre a pobreza e a palavra já não havia mais nenhum acordo possível" (1983:87).

Esta ambiência pré-modernista, cuja instabilidade se assemelha "aos apuros de um trabalho de parto", pode, afinal, ser resumida em torno de quatro questões sensíveis aos intelectuais da época: a visão de um processo inédito de transformações da cidade, tomada, esta última, em sua dimensão social, como trama de relações humanas (Ferreira da Rosa, 1905; Luiz Edmundo, 1938); a centralidade concedida à noção de progresso, trilha onde se desenvolveria o composto civilização/nacionalidade (Graça Aranha, 1902; Euclides da Cunha, 1966); o contato e, num certo sentido, a identificação com a miserabilidade dos excluídos, dos submersos, daqueles que habitavam uma "segunda" nação, escondida e tida pelas autoridades como perigosa (Lima Barreto, 1956; João do Rio, 1911); e, finalmente, o sentimento de que não seria deles que se extrairiam as bases de uma "religião social" e da *regeneração dos laços do comunitarismo*, pois, na frase de João do Rio, nada se pode exigir dos homens com fome, "não pode haver honestidade no zero" (João do Rio, 1917; Prado, 1983).

Ora, a conclusão já vai muito adiantada: somente o Estado poderia realizar a obra regeneradora do social, encontrando-se com os românticos e os iluministas em versões messiânicas e populistas à direita e à esquerda (Morse, 1982). E isto explicaria, em alguma medida, a adesão dos discursos de médicos, engenheiros, sanitaristas políticos e até mesmo empresários industriais ao tema mais geral da luta civilizatória contra a barbárie e à construção, mais tarde, de uma ideologia nacionalista, extrapolando, daí, para as proposições de um replanejamento urbano, uma "refundação" da cidade, nos mesmos moldes em que, séculos antes, o entenderam os colonizadores: a projeção do todo estatal sobre os particularismos, na intenção de promover o bem de todos e de mitigar os males da pobreza que decorriam do desenvolvimento (Carvalho, 1983a; Santos, 1985; Pechman & Fritsch, 1985).



Assim, a questão de fundo na condução da modernização das cidades brasileiras, notadamente da Capital Federal, era o da ponderação do peso que teriam, naquele processo, o público e o privado (Pechman & Fritsch, 1985). Tema que, de resto, conviveu com os anos críticos da década de 1920, marcados pela desestabilização do balizamento oligárquico que até então condicionara a vida econômico-social e a política dos atores interessados. De forma que a crise, deflagrada pela luta em prol da abertura do pacto político às forças sociais emergentes e aos setores da elite tradicionalmente excluídos, continha também, no plano cultural, a reinvenção do tema da preguiça, essa representação alegórica da inviabilização do *ethos* individualista e possessivo do *homo oeconomicus*.

Da inveja que Mario de Andrade confessava ter dos maleitosos de todo o Brasil, até a reedição estilizada da malandragem que Noel Rosa consagrou em versos como "... Já nasceu com sorte/ e desde pirralho/ vive à custa do baralho/ nunca viu trabalho ...", figura sempre a incapacidade de atualização do mundo do trabalho e dos interesses na trajetória da modernização brasileira (Schwarz, 1985; Caldeira, 1982:27), e a permanência de uma concepção de mundo informada e recoberta pela normatividade jurídica amadurecida desde o século XIX.<sup>1 2</sup>

A supremacia do Estado sobre o indivíduo, a secular distância entre as instituições políticas, de um lado, e a sociedade sem direitos, do outro, o mundo rigorosamente legislado superpondo-se à vida regida por outros códigos, até mesmo o da malandragem — são três das características que resistiram ao impulso revolucionador potencialmente inscrito nos processos de industrialização e conseqüente complexificação da estrutura social. São elas ainda que reaparecem como substrato da ideologia organicista e anti-liberal que assumiu sua feição mais plena durante a institucionalização corporativa implantada com o Estado Novo. As iniciativas político-culturais da cidade do Rio de Janeiro passaram a ser concebidas, então, diretamente do interior do aparelho de Estado e a extinção da Universidade do Distrito Federal, com o afastamento de Anísio Teixeira do Departamento Municipal de Educação, e a subseqüente implementação do projeto da Universidade do Brasil refletem esta tendência de aglutinação dos intelectuais em torno de uma iniciativa centralizadora e doutrinária, destinada a "fortalecer a mentalidade do povo, engrandecer a sua civilização".<sup>1 3</sup>

Sobre este projeto de Capanema já foi assinalada a oposição que despertou, inclusive por parte da imprensa.<sup>1 4</sup> A escolha do local para a edificação da Cidade Universitária, exigindo a desapropriação da estação (primeira) da Mangueira, não deixa de ser uma metáfora de mau tom quanto aos destinos da cultura popular e das manifestações intelectuais e artísticas que haviam sido desenvolvidas à margem da iniciativa burguesa de consolidação do seu domínio, poucas e pequenas, aliás, em virtude da direção que o próprio Estado assumira, desde sempre, substituindo-a neste propósito.

Seriam muitas as exemplificações da tentativa predominante, naquele momento, de assimilação e generalização da "alma-síntese" do Brasil, transpondo, a exemplo das intenções manifestas quando da fundação da Universidade do Brasil, nossa diversidade regional, as variações de linguagem e psicologia, para uma imagem que traduzisse a modernização homogênea da sociedade brasileira. A construção da Nação pelo Estado, a modernização da sociedade traduzida por ele, implicaram na apropriação autoritária do que vinha sendo realizado de mais novo.<sup>1 5</sup> Além disso, quem quer que se debruce na análise dos anos 50, não poderá desconhecer o mar surpreendentemente estadonovista em que navegam algumas das concepções intelectuais de então. Estadonovista no formato, com a reprodução da estrutura corporativa agarrada às dimensões da democracia representativa desde 45; estadonovista na assunção radical da vocação do Estado em sobrepor-se à valorização de interesses restritos.<sup>1 6</sup>

As considerações desta natureza poderiam ser estendidas, mas não convém perder o argumento: a operação político-cultural de construção de novos padrões integrativos dos indivíduos ao *todo nacional* — típicos, agora, do modo de produção especificamente capitalista — fez do Estado o depositário da síntese dos múltiplos "brasis". O futuro "na cabeça", os intelectuais do Estado prescindiram de todo das premissas em que ele se escorava, armando um quadro emblemático, mítico — do qual participavam o "gaúcho", o "sertanejo", a "floresta", Tiradentes, os bandeirantes — e ao qual chamaram história nacional. Era, na verdade, uma tentativa de síntese conservadora das múltiplas representações fragmentadas e heterogêneas que conviviam na sociedade.

São Paulo, no entanto, avançara numa outra direção. Desde 1934, com a criação da Universidade de São Paulo centrada na sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, os intelectuais e



políticos buscavam devolver ao estado a posição de liderança nacional perdida após o movimento de 32.<sup>17</sup> Professores estrangeiros convidados a lecionar ali e um certo refreamento “do gosto da imaginação e do sonho” a que se entregavam os jovens brasileiros — no diagnóstico de George Dumas —, seriam as providências acionadas com vistas a ensejar o desenvolvimento da ciência no país. Uma Universidade orientada pelo mundo da produção, francamente hegemônico em São Paulo, e pela premência da constituição de quadros políticos aptos a disputar a direção da sociedade, não conferiria tanta importância à mitologia passadista, rearranjada sob a maestria dos intelectuais autoritários, os “funcionários” da modernização. Isto seria o mesmo que aceitar uma disputa em campo minado.

Talvez por isso, sua produção se revestiu de características antropológicas — para o que a vinda de pesquisadores americanos muito contribuiu —, mais orientada para o estudo de “casos”, de pequenas comunidades, conforme anotou José Murilo de Carvalho, numa interessante e ágil resenha, elaborada recentemente, sobre as relações entre a cidade e a política no Brasil (Carvalho, 1985c).

O estudo de pequenas comunidades realizado por antropólogos americanos sediados na USP contrasta vivamente com a tendência ensaística desenvolvida por Gilberto Freyre, Artur Ramos e outros ocupantes das cátedras de Antropologia, Sociologia e Psicologia Social da Universidade do Distrito Federal e, posteriormente, da Universidade do Brasil. Os primeiros acreditavam ser possível o conhecimento da sociedade brasileira sem o recurso à história, mas tão somente agregando dados relativos à persistência ou não da vida tradicional nos muitos locais, espalhados por todo o Brasil, onde pesquisaram. A realidade social, neste caso, era vista não como processo, mas como a soma das características predominantes no país. Aos intelectuais sediados no Rio de Janeiro, ao contrário, interessava a obra de *interpretação do Brasil*, ainda envolvida com indagações relativas à diversidade entre as culturas, com ênfase especial nas relações interétnicas desenvolvidas pelos negros, muito pouco referida, portanto, ao tema da cidade.<sup>18</sup>

No entanto, a marginalização política e ideológica de amplos seres da intelectualidade carioca, não cooptados pelo funcionalismo estatal e postos em disponibilidade pela burguesia local, favoreceu a aproximação destes com a cultura popular, notadamente aquelas manifestações mais esmagadas pela afirmação autoritá-

ria de uma civilização branca e cristã: os cultos afro-brasileiros, as rodas de samba e as gafieiras começam a ser abordados não mais a partir da avaliação da “questão do negro”, mas sob a inspiração da estratificação social e do diagnóstico da sociedade de classes. Talvez o melhor exemplo da relação que estes intelectuais mantinham com a cultura e as formas comunitárias e associativas dos “de baixo” seja a fundação, em 1947, da Federação Brasileira das Escolas de Samba em substituição à União Geral das Escolas de Samba, de 1934, a fim de neutralizar a influência do PCB naquele tipo de organização (Tupy, 1985).

As discussões sobre a cidade, no entanto, continuavam fragmentadas, quer sob a visão das pequenas comunidades, quer sob a inspiração dos temas culturais e políticos que cortavam, pela direita ou pela esquerda, o universo predominantemente negro e pobre do Rio de Janeiro. Assim, somente durante a década de 50, quando aqui se vivia o apogeu das expectativas desenvolvimentistas — com efeitos visíveis nos padrões de comportamento e consumo de largos setores das camadas médias —, seria construído, com base na teoria da modernização, o tema da cidade associado à superação dos aspectos tradicionais da *vida nacional*, fossem eles comportamentais ou políticos.

A análise das cidades brasileiras era, assim, enquadrada na perspectiva que tomava as mudanças urbanas como fruto dos processos de industrialização e secularização, tendo nos modelos clássicos de modernização do ocidente o seu parâmetro (Carvalho, 1985c). Vitor Nunes Leal e Raymundo Faoro situam-se no interior deste campo.<sup>19</sup> O primeiro orientará seu trabalho no sentido de qualificar o impacto da modernização sobre a estrutura coronelista de poder, vislumbrando a possibilidade (necessidade) de uma atualização das instituições, em tudo benéfica para a extensão dos direitos de cidadania. E Raymundo Faoro, com sua já clássica caracterização das relações entre o Estado patrimonialista brasileiro e os interesses políticos dos grupos sociais dominantes, corresponde à face “pessimista” dos teóricos da modernização, gozando de franca preferência, aliás, desde quando a industrialização e o crescimento urbano movidos por cima passaram a não mais convencer como credenciais automáticas de ingresso no moderno, tornando-se necessário lidar, teórica e politicamente, com as recriações do tradicional.

Em Faoro, portanto, a questão do “eterno retorno” do patrimonialismo colonial — ainda que atualizado a cada nova aparição — levava a



que a funcionalidade da institucionalização corporativa para o implemento da acumulação capitalista ficasse obscurecida.<sup>20</sup> Desta forma, o autor de *Os Donos do Poder* inscrevia o papel do Estado num campo estritamente político, re-colocando o tema da modernização num quadro de referências ideológicas para uso e abuso dos atores interessados. Sua tendência, no entanto, era a de considerar a recorrência ao tema da modernização como algo extremamente problemático, dado o *ethos* conservador herdado aos nossos colonizadores . . .

Por isso, a postulação do tema da cidade em sua relação com a política – facilmente identificável na versão mais “otimista” da teoria da modernização – recuou, progressivamente, em favor de interpretações culturalistas sobre os condicionantes impostos pelo patrimonialismo latente no comportamento dos diferentes atores em trânsito para o moderno. São desta época as análises da Antropologia Urbana que se desenvolveram tratando, primeiramente, da migração rural/urbana e da vida nas favelas como demonstrações de focos de resistência à cultura especificamente cosmopolita para, em seguida, privilegiar como objeto de análise os comportamentos desviantes e as instituições totais.<sup>21</sup>

Desconhecimento dos fundamentos e dos processos reais inerentes à formação do capitalismo brasileiro e ênfase na questão da ideologia como equipamento privilegiado para a mudança: estava constituído o terreno no qual se assentaria a teoria do subdesenvolvimento, a estética da fome e de Terceiro Mundo explorado. Bastante difundida entre a intelectualidade carioca, escorada, nos meios acadêmicos, numa versão “vulgar” da teoria da dependência a que Fernando Henrique Cardoso criticará insistentes vezes, essa teoria afirmava a inviabilidade do desenvolvimento capitalista nos países tidos como periféricos, o que se traduzirá, transpostos os muros da Universidade, numa estratégia de redenção das maiorias exploradas e marginalizadas das grandes cidades a ser efetuada pela ação de grupos organizados de resistência à “ocupação” imperialista.<sup>22</sup>

Fernando Henrique Cardoso já criticou “essa reminiscência (latino-americana) da ideologia *narodnik*,” sustentando que as análises baseadas na teoria da dependência deveriam ser capazes de examinar “as formas de reprodução social e os modos de transformação que existem em cada uma das modalidades básicas de dependência”.<sup>23</sup> Mas ele não foi capaz de perceber os dois elementos básicos condicionantes deste fenômeno: um primeiro, a que já se fez referência, relaciona-se com a disponibilidade

dos intelectuais não cooptados pelo Estado, gravitando em torno de um sentimento difusamente anticapitalista e fornecendo quadros a uma *intelligentzia*, sempre que as contradições do sistema da ordem fossem acirradas.<sup>24</sup> E, um segundo, mais propriamente político, referido ao fato de que “. . . a estética da fome e de Terceiro Mundo explorado se move num terreno de urgências imperativas, derivando daí uma perda de ênfase na questão da institucionalidade da democracia diante dos problemas substantivos. (. . .) O nacional como suposto do moderno não vai propiciar a este a incorporação do tema da democracia política”.<sup>25</sup> O que significa dizer que a luta pela valorização do trabalho e pelo encaminhamento de algumas soluções que atenuassem a situação de miséria experimentada pelas grandes massas – com peso determinante aquelas concentradas nos grandes centros urbanos do país – impôs uma certa centralidade na questão social e um progressivo conflito das forças políticas que a sustentavam com o Parlamento, “que não converteu em leis as chamadas reformas estruturais”.<sup>26</sup>

Neste sentido, o tema da urbanização e a análise das grandes cidades, na década de 60, expuseram-se a uma estreita e explícita vinculação com a política. No plano mais geral, as chamadas reformas estruturais forneciam o fundo polêmico destes estudos, e, no Rio de Janeiro, a experiência governamental da remoção de favelas (Valladares, 1978), acirrou a contenda entre os funcionalistas, de assento garantido na academia, e algumas vozes isoladas de filiação ao campo conceitual mais próximo do marxismo. E o interessante é que a chamada teoria da dependência, cristalizada a partir do famoso trabalho de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, *Dependência e Desenvolvimento*, procurou depurar as análises sobre os efeitos do imperialismo em sociedades como as latino-americanas dos seus aspectos “vulgares” – sobretudo os que incorriam na simplificação dualista – e agregou-lhes algumas “qualidades das análises histórico-estruturais”, reunindo, assim, argumentos de ambos os esquemas interpretativos em disputa. Com isso buscava redefinir a forma de tratamento dispensado às contradições *internas* à sociedade, entendidas, até então, como mero reflexo da situação dependente do país no contexto capitalista internacional.<sup>27</sup>

Os estudos sobre as favelas e os grupos marginalizados modificaram-se a partir daí. De desenraizados e destituídos de iniciativa, estes grupos passaram a ser encarados como portadores de identidade própria e capazes de iniciativa po-



lítica (Machado da Silva, 1967; Kowarick, 1974; Perlman, 1977). Assim também as análises antropológicas voltadas para o acompanhamento dos contatos interétnicos e atentos às modificações dos padrões comportamentais, passaram a relevar o conflito de interesses, de regras e valores de grupos sociais em confronto direto com o Estado. Tratava-se, na verdade, de incorporar mais claramente, sob a inspiração de trabalhos como o de Fernando Henrique Cardoso e o de Francisco de Oliveira,<sup>28</sup> a análise do papel do Estado no processo de acumulação capitalista, reinterpretando-se os fenômenos da urbanização, da marginalização e da terciarização da economia sob uma ótica mais ampla que aquela sugerida pelo termo “disfunções”. Conforme salienta Kowarick: “. . . [o novo caráter das contradições urbanas] decorre também das transformações que se operaram no seio do Estado, que o torna alvo direto e crescente de reivindicações populares, originando lutas que, por se canalizarem para os centros do sistema decisório, podem adquirir uma dimensão política que antes inexistia: ao se transformar no principal agente propulsor da organização das cidades ele passou a ser depositário de um conjunto de contradições onde se condensam interesses e para onde se dirigem conflitos e pressões por benfeitorias urbanas”. (Kowarick, 1983:56).

A trajetória dos vários tipos de dualismo na literatura existente sobre a pobreza urbana e o mercado de trabalho nas grandes cidades latino-americanas já foi discutida por Magda Prates Coelho e Lícia do Prado Valladares (1982) e não será, aqui considerada. Ressalte-se apenas que neste balanço crítico as autoras buscam apontar a progressiva afirmação, nos meios acadêmicos, de análises relativas às formas produtivas e às relações de trabalho “não tipicamente capitalistas”, tratadas tanto sob uma abordagem sociológica, quanto nas pesquisas empíricas conduzidas por antropólogos sobre as situações de trabalho (formal e não-formal) constitutivas do mercado urbano.

A relevância deste tipo de enfoque torna-se maior quando se atenta para o fato de que, sob essa inspiração, foram construídos os temas da “personificação” das relações de trabalho e da promoção dos laços do clientelismo, numa ampla rede de determinações a que não escapa a política local. Alba Zaluar, seguindo a trilha aberta por este tipo de preocupação publicou, recentemente, um sugestivo e mais abrangente trabalho, no qual, dialogando com a historiografia social inglesa sobre as chamadas classes populares, reconstrói a trajetória de constituição

da identidade do trabalhador pobre e do bandido residentes na Cidade de Deus (Zaluar, 1985). Na análise destes seres aparentemente opostos, a autora procura estabelecer um vínculo, materializado na tensão vivida por ambos entre “ganhar a vida” e trabalhar. No limite, Alba Zaluar sugere que a inexistência do sentido religioso da “redenção pelo sofrimento” que a pobreza, historicamente, promoveu, as tradições e valores coletivos dos “de baixo” acomodam-se, lá, numa linha retesada que poderá converter-se — caso não sejam inscritos numa institucionalidade que os interpele e os faça respirar na superfície — na renúncia a qualquer legalidade. A situação do bandido, sendo uma saída individual para o desejo de mudança que se encontra obstruído, é indicativa desta potencialidade disruptiva que — no vértice de uma crise econômica como a em que nos encontramos — poderá traduzir-se na perda da legitimidade de todo padrão de sociabilidade que não se converta em estratégias eficazes (dramáticas ou não) para a obtenção de múltiplas e progressivas “vantagens” no dia a dia.

Assim, tanto os trabalhos mais caracteristicamente balizados pela tradição sociológica de enfrentamento do tema urbano, quanto as recentes pesquisas conduzidas por antropólogos nutrem-se, desde a década de 70, de um mais acurado sentido político, conduzindo-se na perspectiva de que o tema da participação, progressivamente dissociado das classes populares, redimensiona-se, nos dias de hoje, em virtude da apropriação a que está sujeito tanto pelo discurso político oficial, quanto pelos atores interessados na consolidação de alternativas democráticas para a sociedade brasileira, com significados e estratégias distintos, obviamente em um e outro caso (Boschi & Valladares, 1983).

Desde então, as cidades brasileiras passaram a ser traduzidas sob o signo dos “movimentos sociais urbanos”, atestando sua “crescente importância no contexto das práticas e estratégias políticas das classes populares” (Jacobi, 1980). A questão é complexa. Do ponto de vista mais substantivo, é difícil definir a que se refere este conceito, pois nele se abrigam diferentes fenômenos que somente encontram unidade mediante uma angulação política pela qual se tornam “efeitos das distorções e das desigualdades decorrentes de uma aplicação desigual dos recursos públicos empregados no desenvolvimento e manutenção dos aglomerados urbanos” (Idem, p. 22). Sob essa angulação, a consideração implícita de que o Estado, como organizador das cidades, promove a desigualdade, tem



conduzido a que o tema da participação seja constantemente associado à idéia de que a democratização da sociedade, do ponto de vista "popular", passa não simplesmente pelo acesso dos setores carentes "às instituições já existentes, mas [pela] conquista de espaços próprios de criação de organização e ação".<sup>29</sup> Com ênfase nestes últimos, eu diria, em detrimento dos partidos políticos, por exemplo, responsáveis pela articulação dessas demandas com a política estatal. Forçando um pouco os argumentos, mas sem contrariar o espírito do trabalho, é o que se pode encontrar nas análises de José Alvaro Moisés, louváveis por seu pioneirismo, e associadas a uma tendência já consagrada internacionalmente,<sup>30</sup> e que deslocam a questão da democracia para além da sua institucionalidade, buscando-a no choque direto entre os consumidores/moradores e o Estado provedor. Ao constituir uma distância intransponível entre os problemas prementes das metrópoles brasileiras e a institucionalidade formal da democracia — tida como representação de "poucos" — estes trabalhos acabam por conferir aos movimentos sociais capacidade de promover interpelações políticas, instigando, no limite, a "imaginação" autoritária, sensível à anotação de uma relação "direta" com o povo.

Mas talvez não seja difícil reconhecer o apelo deste tipo de tematização do social. Afinal, os trabalhos sobre o populismo como fenômeno típico das grandes cidades brasileiras (Conniff, 1981) e as análises mais recentes sobre os partidos políticos vêm demonstrando que, no âmbito estritamente político, a democracia não tem mesmo encontrado suas mais promissoras expressões. No trabalho de Eli Diniz, *Voto e Máquina Política* (1982), as relações de patronagem e a prevalência da máquina clientelista como suporte de uma política em nada afinada

com a modernidade exigida pelos tempos, e funcionando como um condomínio das lideranças recria a desconfiança em relação a um mundo em tudo parecido com a Chicago dos anos 20, onde políticos e máfia dividiam suas atribuições no controle da comunidade local.

Neste caso, a velha imagem da cidade, produzida pelos cronistas do submundo e da "nação noturna", volta a nos rondar. De uma cidade de "mutilados" será possível esperar, mais que a honestidade referida por João do Rio, a extinção das práticas messiânicas?

### III — Uma Anotação Conclusiva

Das tendências mais recentes da produção acadêmica sobre o Rio de Janeiro, incluem-se aquelas empenhadas na recuperação da memória da cidade em seus múltiplos aspectos: cultural, urbanístico (Cardoso; Vaz; Albernaz; Aizen & Pechman, 1983); político e administrativo (Bastos, 1984). São trabalhos de corte historiográfico, diversos quanto a orientação teórica, temas e qualidade. Boa parte deles é resultado do esforço de grupos de pesquisa sediados em diferentes instituições que, atualmente, empregam seus melhores esforços na promoção da revista *Rio de Janeiro*, cujo primeiro número foi lançado em dezembro de 1985. Tais trabalhos encontram-se, em grande número, arrolados na bibliografia a seguir.

Mas o sentido maior que se deve extrair desta extensa produção é o de que talvez se funde uma relação mais viva dos intelectuais com esta cidade, reduto de inúmeros problemas, de cuja solução depende o ingresso, do país, num tempo contemporâneo ao da sua vocação à modernidade.

(Recebido para publicação em janeiro de 1986)

### Notas

- 1.. Cf. Maria Stela M. Bresciani, "Metrópolis: as Faces do Monstro Urbano (As Cidades no Século XIX)", *Revista Brasileira de História*, v. 5, n.º 8/9, set.84/abr. 85, pp. 35-68.
2. Cf. François Furet, *L'Atelier de l'Histoire*, Paris, Flammarion, 1982.
3. Cf. E. P. Thompson, "Tiempo, Disciplina de Trabajo y Capitalismo Industrial", *In Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase*, Barcelona, Critica, 1979.
4. Cf. Carl Schorsrk, *Fin-de-Siècle Vienna*, Random House, 1981.
5. Cf. Walter Benjamin, "Paris, Capitale du XIX Siècle", *Oeuvres II, Poésie et Revolution*, Paris, Denoël, 1971.



6. M.S. Bresciani, *Londres e Paris no Século XIX: o Espetáculo da Pobreza*, São Paulo, Brasiliense, 1982.

7. Cf. José Murilo de Carvalho, *A Construção da Ordem*, Rio, Campus, 1980; Simon Schwartzman, *Bases do Autoritarismo Brasileiro*, Brasília, Universidade de Brasília, 1982; Luiz Werneck Vianna, "Os Intelectuais da Tradição e a Modernidade: os Juristas-Políticos da OAB", in Maria Suzana A. Soares (org.), *Os Intelectuais nos Processos Políticos da América Latina*, Porto Alegre, Ed. Universidade/CNPq, 1985.

8. São bastantes as referências a Wilson Cano, *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*, SP, Difel, 1977; Francisco Foot Hardman, *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*, SP, Global, 1982; Boris Fausto, *Trabalho Urbano e Conflito Social no Brasil*, SP, Difel, 1976; Luiz Werneck Vianna, *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, Rio, Paz e Terra, 1976; e mais a maior parte dos títulos arrolados e comentados por este último autor em "Atualizando uma Bibliografia: Novo Sindicalismo, Cidadania e Fábrica", *BIB*, n.º 17, 1984, pp. 53-68.

9. Dentre as poucas exceções, Vera Pereira, *O Coração da Fábrica*, Rio, Campus, 1979.

10. A crítica às análises que desqualificam politicamente as "explosões" urbanas das classes subalternas encontram-se em José Álvaro Moisés e Verena Martinez-Alier, "A Revolta dos Suburbanos ou Patrão o Trem Atrasou", in *Contradições Urbanas e Movimentos Sociais*, SP, Cedec/Paz e Terra, 1977. n.º 1.

11. Antonio Arnoni Prado, "Mutilados da Belle-Epoque", in Roberto Schwarz, *Os Pobres na Literatura Brasileira*, SP, Brasiliense, 1983, pp. 68-73.

12. L. Werneck Vianna, "Os Intelectuais . . .", *op. cit.*

13. Simon Schwartzman, Helena M. Bousquet Bomeny e Vanda M. Ribeiro da Costa, *Tempos de Capanema*, SP, EDUSP/Paz e Terra, 1984, p. 205.

14. *Idem, ibidem*, p. 209.

15. Luiz Werneck Vianna, "O Moderno na Política Brasileira", *Presença*, n.º 5, dez.84/fev.85, pp. 37-47.

16. Maria Lucia T. Werneck Vianna, "Ser ou Não Ser Nacionalista?", *Presença*, n.º 3, maio, 1984, pp. 53-67.

17. Simon Schwartzman, *Bases do Autoritarismo . . .*, *op. cit.*

18. Cf. Julio Cesar Melatti, "A Antropologia no Brasil: um Roteiro", *BIB*, n.º 17, 1984, pp. 32-52.

19. Victor Nunes Leal, *Coronelismo, Enxada e Voto*, Rio, Forense, 1949; Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder*, 2.ª edição, Porto Alegre, Ed. Globo/São Paulo, Ed. da USP, 1975.

20. Francisco de Oliveira, "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista", *Estudos Cebrap*, n.º 2, 1972.

21. J.C. Melatti, *op. cit.*

22. Fernando H. Cardoso, "As Novas Teses Equivocadas", in *Autoritarismo e Democratização*, SP, Paz e Terra, 1975.

23. *Idem.*



24. Luiz Werneck Vianna, "Problemas de Política e de Organização dos Intelectuais", *Presença*, n.º 1, nov. 1983.
25. L. Werneck Vianna, "O Moderno . . .", *op. cit.*, pp. 42-43.
26. *Idem, ibidem.*
27. Fernando H. Cardoso e Enzo Falleto, *Dependência e Desenvolvimento*, Santiago, ILPES, 1967,
28. Fernando H. Cardoso, "O Consumo da Teoria da Dependência nos EUA", *Ensaio de Opinião*, n.º 2/2, 1977.
29. "Editorial", *Espaço & Debates*, ano III, n.º 8, 1983.
- 30 Refiro-me ao trabalho de Manuel Castells, *Cidade, Democracia e Socialismo*, Rio, Paz e Terra, 1980. Na mesma linha são dignos de referência Jean Lojkin e Christian Topalov.

#### Bibliografia

- Almirante  
1977. *No Tempo de Noel Rosa*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- Araújo, Ary  
1978. "As Escolas de Samba, um Episódio Antropofágico". In *Expressões da Cultura Popular*. Petrópolis, Vozes/SEEC.
- Bastos, Ana Marta  
1984. "O Conselho de Intendência Municipal: Autonomia e Instabilidade, 1889-1892". Trabalho apresentado no seminário Rio Republicano, Fundação Casa de Rui Barbosa.
- Benchimol, Jaime Larry  
1982. *Pereira Passos, um Haussmann Tropical: As Transformações Urbanas na Cidade do Rio de Janeiro no Início do Século*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Boschi, Renato R. (org.)  
1983. *Movimentos Coletivos no Brasil Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Boschi, Renato R. & Valladares, Licia  
1983. "Problemas Teóricos na Análise de Movimentos Sociais". *Espaço & Debates*, ano III, n.º 8.
- Bosi, Alfredo  
1966. *O Pré-Modernismo*. São Paulo, Cultrix.
- Bresciani, Maria Stella M.  
1982. *Paris e Londres no Século XIX: o Espetáculo da Pobreza*. São Paulo, Brasiliense.  
1985. "As Faces do Monstro Urbano (as Cidades no Século XIX)". *Revista Brasileira de História*, vol. 5, n.º 8/9, pp. 33-68.
- Caldeira, Jorge  
1982. *Noel Rosa*. São Paulo, Brasiliense.
- Cândido, Antônio  
1971. *Formação da Literatura Brasileira – Momentos Decisivos*, (4.ª edição). São Paulo, Martins.



1980. "Radicais de Ocasão". In *Terezina etc. . . .* Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Cardoso, Elizabeth D.; Vaz, Lilian S.; Albernaz, Maria Paula; Aizen, Mario & Pechman, Robert M.  
1983. *História dos Bairros. Memória Urbana, Botafogo*. Rio de Janeiro, Index Ed./João Fortes Engenharia.
- Cardoso, Fernando Henrique  
1975. "A Cidade e a Política: do Compromisso ao Inconformismo". In *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 135-163.
- Carvalho, José Murilo de  
1984. "A Revolta da Vacina". Trabalho apresentado no seminário Rio Republicano, Fundação Casa de Rui Barbosa.  
1985a. "O Rio de Janeiro e a República". *Revista Brasileira de História*, vol. 5, n.º 8/9, pp. 117-138.  
1985b. "República e Cidadanias". *Dados*, vol. 28, n.º 2, pp. 143-163.  
1985c. "A Cidade e a Política: um Exame da Literatura Brasileira". Trabalho apresentado nas Jornadas Argentino-Brasileiras de História Social Urbana. Buenos Aires.
- Carvalho, Maria Alice Rezende de  
1983a. *Cidade & Fábrica*. Dissertação de Mestrado, IFCH, Unicamp.  
1983b. "Sugestões para a Elaboração de uma História do Rio de Janeiro". *Revista Contacto*, n.º 46.  
1984b. "Reiventando a Tradição Carioca". *Presença*, n.º 4.
- Cavalcante, Berenice de O.  
1985a. *Literatura e História* (org.). *Revista Tempo Brasileiro*, n.º 81.  
1985b. "Beleza, Limpeza, Ordem e Progresso: a Questão da Higiene na Cidade do Rio de Janeiro no Final do Século XIX". *Revista Rio de Janeiro*, n.º 1, pp. 95-105.
- Castro, Maria Laura; Heilborn, Maria Luiza & Jaguaribe, Claudia  
1983. "A Imaginação Urbana. O Caso de Botafogo". Trabalho apresentado no Grupo de Estudos Urbanos, em encontros realizados no Solar Grandjean de Montigny, Rio de Janeiro, mimeo.
- Chalhoub, Sidney; Ribeiro, Gladys & Esteves, Martha  
1985. "Trabalho Escravo e Trabalho Livre na Cidade do Rio: Vivência de Libertos, 'Galegos' e Mulheres Pobres". *Revista Brasileira de História*, vol. 5, n.º 8/9, pp. 85-116.
- Coelho, Magda Prates & Valladares, Licia  
1982. "Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: uma Análise Bibliográfica". *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais - BIB*, n.º 14, pp. 5-27.
- Conniff, Michael L.  
1981. *Urban Politics in Brazil: The Rise of Populism, 1925-1945*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press.
- Cunha, Euclides da  
1966. *Os Seritões. In Obra Completa* (2 vols.) Rio de Janeiro, Aguilar. (1.ª edição: 1902).
- Da Matta, Roberto  
1979. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Diniz, Eli  
1982. *Voto e Máquina Política; Patronagem e Clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.



- Ferreira da Silva  
1905. *Rio de Janeiro*. Ed. Oficial da Prefeitura, J. Schmidt.
- Gardel, Luis D.  
1967. *Escolas de Samba*. Rio de Janeiro, Kosmos.
- Graça Aranha  
s/d. *Canaã*. Rio de Janeiro, Edições de Ouro (1.ª ed.: 1902).
- Hahner, June  
1976. "Jacobinos versus Galegos: Urban Radicals versus Portuguese Immigrants in Rio de Janeiro in the 1890's". *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, vol. 18, n.º 2, pp. 125-154.
- Hardman, Francisco Foot  
1983. "Palavra de Ouro, Cidade de Palha". In Roberto Schwartz (org.), *Os Pobres na Literatura Brasileira*. São Paulo, Brasiliense.
- Hardoy, Jorge E.  
s/d. *Las Ciudades en America Latina*. Buenos Aires, Paidós.  
1968. "El Modelo Clasico de la Ciudad Colonial Hispano-Americana". Buenos Aires, Instituto Di Tella.
- Hardoy, Jorge & Schaedel, Richard  
1975. *Las Ciudades de America Latina y sus Areas de Influencia a Través de la Historia*. Buenos Aires, Ediciones SIAP.
- Holanda, Sérgio Buarque de  
1979. "O Semeador e o Ladrilhador". In *Raízes do Brasil* (13.ª ed.). Rio de Janeiro, José Olympio.
- Jacobi, Pedro  
1980. "Movimentos Sociais Urbanos no Brasil". *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n.º 9, pp. 22-30.
- João do Rio  
1911. *Psycologia Carioca*. Rio de Janeiro, Garnier.  
1911b. *Vida Vertiginosa*. Rio de Janeiro, Garnier.  
1917. "Mendigos". *No Tempo de Wenceslau*. Rio de Janeiro, Villas Boas & Cia.  
1951. *A Alma Encantadora das Ruas*. Rio de Janeiro, Organização Simões (1.ª ed.: 1910).
- Kowarick, Lucio  
1974. "Capitalismo, Dependência e Marginalidade Urbana na América Latina: uma Contribuição Teórica". *Estudos Cebrap*, n.º 8, pp. 79-96.  
1975. *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.  
1983. "Lutas Urbanas e Movimentos Populares: Alguns Pontos para Reflexão". *Espaço & Debates*, ano III, n.º 8, pp. 55-63.
- Leeds, Anthony & Leeds, Elizabeth  
1972. "Brazil in the 1960's: Favela and Polity, the Continuity of the Structure of Social Control". In Riordan Roett (ed.), *Brazil in the Sixties*. Nashville, Vanderbilt University Press.
- Lima Barreto  
1956. *Triste Fim de Policarpo Quaresma. Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*. São Paulo, Brasiliense (obra completa em 17 volumes).



- Lobo, Eulália M. Lahmeyer & Stotz, Eduardo N.  
1985. "Flutuações Cíclicas da Economia, Condições de Vida e Movimento Operário". *Revista Rio de Janeiro*, vol. 1, n.º 1, pp. 61-87.
- Luiz Edmundo  
1938. *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*. Rio de Janeiro, Editora Conquista, (5 vols.).
- Lustosa, Isabel  
1985. "Catete – Singularidades de um Bairro". *Revista Rio de Janeiro*, n.º 1, pp. 25-35.
- Machado da Silva, Luiz Antonio  
1967. "A Política na Favela" *Cadernos Brasileiros*, ano IX, n.º 41.  
1971. *Mercados Metropolitanos de Trabalho Manual e Marginalidade*. Dissertação de Mestrado, Museu Nacional/UF RJ.
- Machado de Assis  
1979. *Obras Completas*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar (3 vols.).
- Machado Neto, A. L.  
1973. *Estrutura Social da República das Letras (Sociologia da Vida Intelectual Brasileira, 1870-1930)*. São Paulo, Grijalbo.
- Matos, Cláudia  
1982. *Acertei no Milhar: Malandragem e Samba no Tempo de Getúlio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Moisés, José Álvaro  
1978. *Classes Populares e Protesto Urbano*. Tese de Doutorado, USP.
- Moisés, J. Álvaro & Alier, Verena M.  
1977. "A Revolta dos Suburbanos ou Patrão o Trem Atrasou". In *Contradições Urbanas e Movimentos Sociais*. Co-edição Cedec/Paz e Terra, n.º 1.
- Morais, Eneida de  
1958. *História do Carnaval Carioca*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Morse, Richard M.  
1970. *Formação Histórica de São Paulo (de Comunidade a Metrópole)*. São Paulo, Difusão Européia do Livro.  
1975. "El Desarrollo de los Sistemas Urbanos en las Americas durante el Siglo XIX". In Jorge Hardoy e Richard Schaedel (orgs), *Las Ciudades . . . (op. cit.)*  
1982. *El Espejo de Prospero. Un Estudio de la Dialectica del Nuevo Mundo*. Mexico Siglo XXI.  
1983. "Peripheral Cities as Cultural Arenas". *Série Estudos*, Iuperj, n.º 17.
- Moura, Roberto  
1983. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Funarte.
- Needell, Jeffrey  
s/d. "Making the Carioca 'Belle-Époque' Concrete: the Urban Reforms of Rio de Janeiro under Pereira Passos". University of Oregon, Department of History, mimeo.  
1983. "Rio de Janeiro at the Turn of the Century: Modernization and the Parisian Ideal". *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, vol. 25, n.º 1, pp. 83-103.
- Neves, Margarida de Souza  
1984. "As Vitrines do Progresso". Relatório parcial da pesquisa O Conceito de Trabalho no Rio de Janeiro na Passagem do Século XIX ao XX, convênio PUC-RJ/Finep.



- Padilha, Sylvia  
1985. "Da 'Cidade Velha' à Periferia". *Revista Rio de Janeiro*, n.º 1, pp. 15-25.
- Pádua, José Augusto Valladares  
1985. "A Capital, a República e o Sonho. A Experiência dos Partidos Operários de 1890". *Dados*, vol. 28, n.º 2, pp. 163-193.
- Paes, José Paulo  
1985. *Gregos & Baianos*. São Paulo, Brasiliense.
- Pechman, Sergio & Fritsch, Lilian  
1985. "A Reforma Urbana e o seu Averso: Algumas Considerações a Propósito da Modernização do Distrito Federal na Virada do Século". *Revista Brasileira de História*, vol. 5, n.º 8/9, pp. 139-195.
- Perlman, Janice  
1977. *O Mito da Marginalidade. Favelas e Políticas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Pignaton, Álvaro Afonso  
1977. "Origem da Industrialização do Rio de Janeiro". *Dados*, n.º 15, pp. 139-154.
- Prado, Antonio Arnoni  
1976. *Lima Barreto: o Crítico e a Crise*. Rio/Brasília, Cátedra/INL.  
1983. "Mutilados da Belle-Époque. Notas sobre as Reportagens de João do Rio". In Roberto Schwarz (org.), *Os Pobres na Literatura Brasileira*. São Paulo, Brasiliense.  
1983. *1922 - Itinerário de uma Falsa Vanguarda. Os Dissidentes, a Semana e o Integralismo*. São Paulo, Brasiliense.
- Rama, Angel  
s/d. *Las Mascaras Democraticas del Modernismo*. Montevideo, Fundación Angel Rama.  
1985. *A Cidade das Letras*. São Paulo, Brasiliense.
- Resende, Beatriz  
1983. "Lima Barreto: a Opção pela Marginalia". In Roberto Schwarz (org.), *Os Pobres na Literatura Brasileira*. São Paulo, Brasiliense.
- Ribeiro, M. Venfício & Solis, Sidney  
1985. "O Rio onde o Sol não Brilha: Acumulação e Pobreza na Transição para o Capitalismo". *Revista Rio de Janeiro*, n.º 1, pp. 45-61.
- Santos, Carlos Nelson F. dos  
1981. *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Santos, Luiz A. de Castro  
1985. "O Pensamento Sanitarista na Primeira República: uma Ideologia de Construção da Nacionalidade". *Dados*, vol. 28, n.º 2, pp. 193-211.
- Schwarz, Roberto  
1977. *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo, Duas Cidades.  
1985. "A Velha Pobre e o Retratista". In Roberto Schwarz (org.), *Os Pobres na Literatura Brasileira*. São Paulo, Brasiliense.
- Sevcenko, Nicolau  
1983. *A Literatura como Missão*. São Paulo, Brasiliense  
1984. *A Revolta da Vacina. Mentis Insanas em Corpos Rebeldes*. São Paulo, Brasiliense.



1985. "Perfis Urbanos Terríveis em Edgar Allan Poe". *Revista Brasileira de História*, vol. 5, n.º 8/9, pp. 69-83.

Silva, Eduardo

1984. "As Queixas do Povo: Massas Despolitizadas e Consolidação da República". Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa.

Tupy, Dulce

1985. *Carnavais de Guerra. O Nacionalismo no Samba*. Rio Janeiro, ASB.

Valladares, Licia do Prado (org.)

1983. *Repensando a Habitação no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar.

Zahar, Alba

1985. *A Máquina e a Revolta*. São Paulo, Brasiliense.